

A GEOGRAFIA DO NOVO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO: (DES)ARTICULAÇÃO SOCIAL A PARTIR DO CIBERESPAÇO

*THE GEOGRAPHY OF THE NEW BRAZILIAN PUBLIC SPACE: SOCIAL
(DIS)ARTICULATION FROM CYBER SPACE*

*LA GEOGRAFÍA DEL NUEVO ESPACIO PÚBLICO BRASILEÑO:
(DES)ARTICULACIÓN SOCIAL DESDE EL CIBERESPACIO*



Maximillian Ferreira CLARINDO – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1615-4808>.
URL: <http://lattes.cnpq.br/4834619883561958>
EMAIL: maxclarindo@hotmail.com

Bárbara Cristina KRUSE – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3564-5725>.
URL: <http://lattes.cnpq.br/9266956948908380>
EMAIL: barbara@mkruse.com.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a formação/estruturação/consolidação do novo espaço público brasileiro a partir da dialética envolvendo o ciberespaço e o espaço físico. Para tanto, com a adoção do método dialético discute-se o fenômeno desde alguns fatos sociais recentes da história do país, iniciando-se com as jornadas de junho/2013, passando pelo impeachment que destituiu a Presidenta da República em 2016, pelo pleito eleitoral de 2018, pela pandemia da COVID-19 e, mais recentemente, pela anulação dos processos envolvendo o ex-presidente Lula. São fatos considerados pontos de inflexão na vida social, cultural, política e econômica do país por alterarem, em sentido lato, a forma como a sociedade brasileira se relaciona. Percebe-se que as redes sociais virtuais formam uma nova espacialidade no país, tecida pelos fluxos informacionais da modernidade, com reflexo direto nas ruas, formando espaços de coesão lá e cá, por intermédio de pensamentos e ideologias. Assim, este artigo analisa esta que parece ser a forma mais contemporânea de apropriação do espaço. Para tanto, fala-se do processo cognitivo e sensorial envolvente na construção destas espacialidades assentes no ciberespaço, bem assim, das formas pelas quais estas (des)articulam o agrupamento de congêneres (ideias e pessoas) e (re)organizam a vida em sociedade. Percebe-se que o novo espaço público brasileiro carrega consigo algumas características de sua gênese, isto é, segue com forte inclinação à ideologia política conservadora. Outrossim, ele reflete uma nova forma de colonialismo em marcha, que encerra em si discretas formas de dominação e de segregação socioespacial no Sul Global.

Palavras-chave: Ciberespaço. Espaço público brasileiro. (Des)articulação social.

Histórico do artigo

Recebido: 16 março, 2021

Aceito: 03 maio, 2021

Publicado: 31 maio, 2021

ABSTRACT

This article aims to analyze the formation/structuring/consolidation of the new Brazilian public space from the dialectic involving cyberspace and physical space. Then, through the dialectical method, the phenomenon is conceptually discussed from some recent social facts in the country's history, starting with the June/2013 marches, going through the impeachment that dismissed the President of the Republic in 2016, for the election in 2018, for the COVID-19 pandemic and, more recently, due to the annulment of the processes involving former President Lula. These are facts considered as turning points in the country's social, cultural, political and economic life, as they change, in a broad sense, the way Brazilian society relates. It is noticed that virtual social networks form a new spatiality in the country, woven by the informational flows of modernity, with direct reflection in the streets, forming spaces of cohesion here and there, through thoughts and ideologies. Thus, this article analyzes what appears to be the most contemporary form of appropriation of space. Therefore, we talk about the cognitive and sensory process involved in the construction of these spatialities based on cyberspace, as well as the ways in which they (dis) articulate the grouping of congeners (ideas and people) and (re) organize life in society. It is noticed that the new Brazilian public space carries with it some characteristics of its genesis, that is, it follows with a strong inclination towards conservative political ideology. Furthermore, it reflects a new form of colonialism on the march, which contains discrete forms of domination and socio-spatial segregation in the Global South.

Keywords: Cyberspace. Brazilian public space. Social (dis)articulation.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la formación / estructuración / consolidación del nuevo espacio público brasileño desde la dialéctica entre el ciberespacio y el espacio físico. Por ello, con la adopción del método dialéctico, se discute el fenómeno a partir de algunos hechos sociales recientes de la historia del país, comenzando con los días de junio / 2013, pasando por el juicio político que destituyó al Presidente de la República en 2016, para las elecciones de 2018, por la pandemia de COVID-19 y, más recientemente, por la anulación de los procesos que involucraban al expresidente Lula. Estos son hechos considerados como puntos de inflexión en la vida social, cultural, política y económica del país, ya que cambian, en un sentido amplio, la forma de relacionarse de la sociedad brasileña. Se advierte que las redes sociales virtuales configuran una nueva espacialidad en el país, tejida por los flujos informativos de la modernidad, con reflejo directo en las calles, formando espacios de cohesión aquí y allá, a través de pensamientos e ideologías. Así, este artículo analiza lo que parece ser la forma más contemporánea de apropiación del espacio. Por tanto, hablamos del proceso cognitivo y sensorial involucrado en la construcción de estas espacialidades basadas en el ciberespacio, así como de las formas en las que (des) articulan la agrupación de congéneres (ideas y personas) y (re) organizan la vida en sociedad. Se advierte que el nuevo espacio público brasileño lleva consigo algunas características de su génesis, es decir, sigue con una fuerte inclinación hacia la ideología política conservadora. Además, refleja una nueva forma de colonialismo en marcha, que contiene formas discretas de dominación y segregación socioespacial en el Sur Global.

Palabras-clave: Ciberespacio. Espacio público brasileño. (Des)articulación social.

1 INTRODUÇÃO

O novo espaço público brasileiro, expressão cunhada por Bosco (2017), nasce nas manifestações que ficaram conhecidas como “jornadas de junho” ocorridas em 2013 no

país. Mesmo que de início buscassem melhorias no transporte coletivo e frear o aumento das passagens em inúmeras cidades, logo elas foram incrementadas com interesses bastante difusos, mas que ao longo de seus desencadeamentos foram se metamorfoseando, propiciando no rescaldo o reaparecimento da direita conservadora, conseqüentemente, acirrando a polarização política no país.

Ato contínuo, apesar de a presidenta Dilma ter sido eleita em 2014 para seu segundo mandato, a sua derrocada havia sido iniciada em 2013, impulsionada pela ascensão de uso das redes sociais virtuais no país e pela crise de representatividade trazida à tona pelas jornadas de junho. Não demorou até que em 2016 seu fim fosse sacramentado com um processo de impeachment.

Estes dois fatos são considerados aqui como protagonistas, haja vista que eles não só mudaram a agenda política brasileira, como também reorganizaram a comunicação midiática e tornaram as relações interpessoais dos brasileiros diferentes (noção identitária reconfigurada). Neste sentido, as redes sociais virtuais formataram uma nova espacialidade, cujas características não puderam ser devidamente apreciadas e debatidas à luz da Geografia até o momento. Percebe-se, então, que há uma querela por uma epistemologia do espaço capaz de compreender este processo de formação, cuja realidade para o Brasil é recente e que permanece em edição constante.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo analisar a formação/estruturação/consolidação do novo espaço público brasileiro a partir da dialética envolvendo o ciberespaço e o espaço físico. Para tanto, discute-se o fenômeno desde alguns fatos sociais recentes no país, iniciando-se com as jornadas de junho/2013, passando pelo impeachment que destituiu a Presidenta da República em 2016, pelo pleito eleitoral de 2018, pela pandemia da COVID-19 e, mais recentemente, pela anulação dos processos envolvendo o ex-presidente Lula. Parte-se de uma inquietude geográfica no intuito de se buscar compreender as alterações provenientes destes fatos, considerados pontos de inflexão na vida social, cultural, política e econômica brasileira.

Face ao revestimento exploratório e explicativo do presente estudo, instrumentalizou-se a investigação com pesquisas bibliográficas, documentais e de notícias veiculadas em relação aos fatos analisados. Então, se operou uma costura entre diferentes autores que se dedicam tanto na compreensão do ciberespaço (mesmo que situados fora da Geografia) e discussões afetas a diferentes aspectos da vida em sociedade com o tratamento analítico das fontes, acostando-se no método dialético, que segundo Gil (2008, p. 14) “[...] fornece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que

estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc. [...]”.

Assim, estruturou-se o artigo em duas seções: inicialmente discute-se geograficamente o processo cognitivo e sensorial envolvente na construção deste novo espaço público no país (por vezes denominado aqui como ciberespaço). Busca-se se apontar um rumo epistêmico que propicie a dissolução dos conflitos de imaginários geográficos, instaurado por esta outra camada espacial.

Em seguida, investiga-se a gênese deste novo espaço público brasileiro, cujos sentimentos comuns são tanto partilhados ombro a ombro nas ruas como bytes a bytes nas redes virtuais. Fala-se de uma ressignificação ampla de vários aspectos da vida social brasileira, interferindo no estado de bem-estar social, redirecionando o papel do estado, da mídia, das disputas políticas, etc.

Encerra-se o artigo, mas não o conclui, apontando que a Geografia possui papel significativo na compreensão da dialética envolvendo o espaço ‘real’ e o espaço ‘virtual’. O conflito de imaginários geográficos está longe de findar-se, mas não se pode ignorá-lo, a ponto de pensar o novo espaço público brasileiro como apenas mais um elemento da vida social, tampouco como um substituto das relações reais.

2 OUTRAS REDES, FLUXOS E APROPRIAÇÕES: OS CONFLITOS DE IMAGINÁRIOS GEOGRÁFICOS DO ESPAÇO VIRTUAL

A pluralidade da Geografia não obscurece o fato de que sua experiência se encontra majoritariamente pautada nas discussões espaciais da vida em sociedade, em diferentes momentos e independentemente das abordagens, estejam elas mais inclinadas à perspectiva física ou humana. Neste alinhamento, as grafias da Terra vão sendo delineadas a partir de vários conceitos espaciais ao longo dos anos (território, paisagem, região, redes e outros).

Todo este arranjo conceitual tem sua importância dentro de diferentes nichos geográficos, desde os clássicos até os emergentes (ou o que se considera emergente). Fala-se dos diferentes recortes espaciais que se destinam a aprofundar a compreensão das nuances sociais, desde as mais concretas até as mais abstratas.

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe

sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 2008, p. 67).

No antropoceno, a dificuldade em se distinguir claramente o que é obra natural e o que é obra humana reflete-se também na inviabilidade da separação do conhecimento em indicar onde termina o técnico e onde se inicia o social. Sabe-se que o método positivista linear, mesmo filiado à racionalidade (fundante da geografia tradicional), não é suficiente para compreender o meio técnico-científico-informacional, como denomina Milton Santos, cuja materialidade é rápida, fluída e fragmentada (SANTOS, 2006, 2010, 2014). Destarte, torna-se imperativo discutir outras epistemes do espaço.

A incorporação de objetos técnicos, mecanizados e posteriormente cibernéticos na realidade social, tende a substituir a velocidade humana pela artificial. Na prática, a impressão é a que o tempo acelerou e banalizou os eventos, funcionando como uma máquina de velocidade tal qual a da informação. A fluidez contemporânea é sobretudo virtual, interligada por cabos e sinais informacionais capazes de fornecer a mesma notícia para todos os países do mundo. As tecnologias científicas e informacionais, neste viés, possibilitaram transformar o local em global e vice-versa (SANTOS, 2006, 2010, 2014).

Criaram-se, assim, mecanismos, estruturas e instrumentos voltados a esta nova realidade espacial. No entanto, como espelho da sociedade do capital, esta criação marginalizou e acentuou a fragmentação espacial, dado que nem todos os agentes conseguiram acompanhar a rapidez e a fluidez do sistema. Assim, se percebe que a fragmentação do espaço decorre pela desarmonia daqueles que vivenciam os espaços da pressa, em detrimento daqueles propícios à lentidão (no sentido não pejorativo da expressão). (SANTOS, 2006, 2010, 2014).

A visibilidade fragmentária, portanto, ganha substância na análise da escancarada desigualdade social existente entre países e no interior desses países. Bilhões de seres humanos vivem completamente alheios à realidade da cultura capitalista, à fluidez e à rapidez do mundo. Partindo dessa materialidade liquefeita (BAUMAN, 2009), o espaço virtual auxilia na mudança das estruturas espaciais graças a sua fábula de que o mundo é um só, uma espécie de aldeia global, que tudo seria conduzido ao mesmo tempo e homogeneizado por um mercado uniforme global regulador. Entretanto, a ilusão desse mercado regulador democrático se desmascara quando se expõem dados concretos, nos

quais alguns poucos centros urbanos concentram e regulam mais da metade de todas as transações financeiras mundiais. (SANTOS, 2006, 2010, 2014). Se observará adiante, que não por mero acaso, são estes mesmos países os polos detentores dos maiores serviços de internet no mundo.

O espaço virtual, portanto, nada mais é do que uma realidade de reestruturação do próprio sistema capitalista (CASTELLS, 1999). Ele atua como parte integrante de um amplo projeto de centralidade/dominação, que também carrega consigo interesses difusos, que servem de motor ao capital. Nestes termos, em que pese o ciberespaço não seja uma novidade e tenha um debate considerável no meio acadêmico, a apropriação destes espaços no Brasil, aqui considerados como “espaços públicos” (balizados pelas redes sociais virtuais), ainda não ocupam o devido lugar na agenda geográfica.

Deve-se considerar que grande parte dos conceitos espaciais geográficos foram pensados desde contextos em que os signos modernos iniciavam sua aparição na sociedade. Mesmo quando abordados já na “condição” pós-moderna (perspectiva de HARVEY, 1992)¹ percebe-se que há uma base epistêmica cujas raízes localizam-se em fundamentos praxiológicos, portanto, mais concretos da vida em sociedade, de modo que avançam de maneira muito singela sobre discussões não-táteis – como a apropriação espacial a partir de aspectos emotivos, sobre-humanos ou espirituais, acerca dos espaços preteridos e prediletos, digitais/virtuais, etc.

A percepção de que ainda falta para a Geografia adentrar às casas das pessoas tem sido recorrente entre geógrafos contemporâneos, sobretudo aqueles cujo enfoque é pautado no viés fenomenológico. Esta visão implica em uma necessária revisão de escalas, objetos e práticas. As espacialidades abstratas (não absolutas), não táteis, fazem parte desta necessidade.

Na Geografia, percebe-se que há uma inclinação teórica de pensar a construção das espacialidades por intermédio dos sentidos humanos. No entanto, a espacialidade que se constrói virtualmente e que se discute neste artigo, implica em outros direcionamentos, que toma por base (em um primeiro momento) apenas o sentido da visão como organizador espacial. Buzai (2004) apõe que a inteligência espacial se baseia em aspectos visuais, assim, a não presença de outros componentes percepto-visuais na estruturação destas

¹ A opção pela ótica de David Harvey se dá em virtude de que sua análise sobre a condição pós-moderna agrupa de maneira crítica a relação entre outras formas de opressão advindas de um novo ciclo da compressão espaço-tempo, que em uma relação conflituosa com o passado impõe a flexibilização da acumulação em diferentes faces, guiadas especialmente pela ascensão quase que coercitiva de outros modelos culturais (que neste caso em estudo nem sempre são próprios do Sul Global).

espacialidades não justificam a sua negação. Ademais, há códigos linguísticos e culturais permeando tais construções, o que faz destes espaços, mesmo que virtuais, uma realidade latente para a Geografia moderna.

São espaços que coadunam com a perspectiva racionalista moderna, ou seja, sustentam-se na frieza de algoritmos matemáticos. Com efeito, as espacialidades virtuais, mesmo tendo a ação humana por trás de suas formatações, transfiguram sentimentos, sensações e noções. Simmel ao discutir o avanço das metrópoles, em um contexto histórico precedente ao das redes sociais digitais, avalia a existência de uma cultura objetiva, quando o cidadão tem dele arrancada a personalidade pelas modernidades ao seu redor, nas palavras do autor:

O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda vida pessoal. Aqui, nos edifícios e instituições educacionais, nas maravilhas e confortos da tecnologia da era da conquista do espaço, nas formações da vida comunitária e nas instituições visíveis do Estado, oferece-se uma tão esmagadora inteireza de espírito cristalizado e despersonalizado que a personalidade, por assim dizer, não pode manter sob seu impacto (SIMMEL, 1973, p. 23-24).

Ocorre que a espacialidade virtual está acima e ao mesmo tempo entremeada na noção de metrópole, megalópoles, etc. Ela personifica uma conflituosa noção espacial, haja vista que sua projeção se dá em diferentes escalas e em diferentes formatações, sejam elas rurais ou urbanas, pequenas, médias ou grandes cidades. Desta forma, os espaços virtuais colocam os cânones geográficos em questão.

As novas espacialidades reformulam as noções entre distâncias e proximidades. Buzai (2004) apõe que informações dentro do ciberespaço transitam em tempos diferentes, que independem da proximidade real. Para ilustrar, o autor acrescenta que o tráfego de dados de Nova Iorque para Buenos Aires demora cerca de 480 milésimos de segundo, enquanto da capital argentina para o Paraguai, país limítrofe demora cerca de 2765 milésimos de segundo. Esta diferença no tempo do tráfego de dados induz pensar em uma relação de centro-margem (corroborando com a percepção de outras estratégias de dominação), quando alguns países detêm o domínio das tecnologias e outros – especialmente no sul global, quando muito, figuram como meros usuários, por vezes dependentes de tais tecnologias.

Além disso, como enunciado por Simmel já em 1973, a modernidade (em sentido lato) também tem ressignificado a noção de identidade, de pertencimento, desarticulando *habitus*². Nesta esteira, as novas formas de se relacionar espacialmente dão um novo sentido aos movimentos sociais, desdobram e recobram novas formas de se manejar a economia, pautam a agenda política, etc. Em uma leitura ampliada, as espacialidades virtuais estendem o rito de objetivação da vida humana, despersonalizando os sujeitos, mas concomitantemente e contraditoriamente imprimem outras personalidades na vida em sociedade que podem, inclusive, alterar sentimentos comuns à nação, pela facilidade de aglutinamento de ideias.

Assiste-se um avançar no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. No entanto, isto vem ocorrendo de maneira desigual, longe de ser democrática, de modo que em muitas regiões do país as TICs permanecem sendo artigos de luxo e inalcançáveis. Por outro lado, sua expansão se torna numericamente relevante, ensejando reflexões.

Onde se tem presença contundente das TICs, percebe-se uma contradição, haja vista que há uma atrofia da cultura individual, que busca fazer frente à hipertrofia da cultura objetiva, ou seja, culmina na vontade do indivíduo moderno de firmar-se exagerando em posturas pessoais, particularizando-se cada vez mais, buscando “preservar sua essência mais pessoal” como se refere Simmel (1973), mas que simultaneamente possui outro sentido, quando tomado pela noção de conjunto. Neste viés, infinitas ideias são propagadas a todo momento, criam-se múltiplas performances identitárias e culturais. “E neste sentido, o novo século se apresenta com novas perspectivas para a análise das relações que se estabelecem entre o mundo real e o mundo virtual em diversas escalas no âmbito da Cibercultura”. (BUZAI, 2004, p 5, tradução nossa). Nas palavras de Di Méo (2014) o espaço virtual:

Caracteriza-se por uma mobilidade material sem precedentes de seres humanos, informações e bens (verdadeira “mobilização geral”, criadora de uma “cultura de mobilidade”), bem como pelo fenômeno da “hiperespacialidade”. “Por hiperespacialidade”, escreve Lussault, “quero dizer o novo e crucial papel da conectividade da sistematização da possibilidade de conexão (instantaneidade comunicativa): conforme passamos de um site para outro, depois para outro, “a bel prazer” por hiperlinks, podemos vincular qualquer espaço a outro por meio de instrumentos de hiperlink comunicacionais - um smartphone, um computador pessoal, um GPS, qualquer terminal, etc. Aqui está uma nova

² Bourdieu (2007) compreende por *habitus* todo um arranjo que compõe a interação e percepção humana da vida em sociedade (religião, etnia, educação, nacionalidade, profissão, dentre outras).

maneira de organizar a espacialização das sociedades que está lentamente entrando no menor compartimento da vida de indivíduos e grupos "(Sr. Lussault, O Advento do Mundo, 2013). Variante mais abstrata novamente (a de todas as memórias de todos os computadores) deste novo espaço virtual, o ciberespaço, totalmente fluído, indescritível, apaga todas as formas de territórios e fronteiras: é o espaço de amanhã, indefinidamente conectável de gigantescas conurbações que cobririam a terra? (DI MÉO, 2014, p. 56, tradução nossa).

Pierre Lévy conceitua o ciberespaço como um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores e aponta que "É virtual toda entidade 'desterritorializada', capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular." (PIERRE LEVY, 2009, p. 47).

Realmente o ciberespaço não está preso a um lugar ou a um tempo específico. Por outro lado, estas não são características que possam fazer dele um mero componente da/para a vida social, afastando-o conceitualmente da percepção verdadeiramente espacial pela ciência geográfica. Nestes termos, compreende-se que a fugacidade é elemento fundamente desta nova ordem, mas ele é uma realidade concreta na medida em que ele se materializa pela ação humana. Há, portanto, um novo imaginário geográfico rondando a percepção humana, que por vezes encerra uma noção espacial em si e que em outras serve para instrumentalizar, com suas conexões, a formação de outras espacialidades no mundo real.

Doreen Massey (2007) aponta que a globalização é uma narrativa centrada no tempo e não no espaço. Por este caminhar, pode-se avaliar que a produção do ciberespaço é expressão máxima da globalização, com todas as estratégias de dominação que ela pode aglutinar. Como são assíncronos espaciais, estes espaços podem se materializar de maneira difusa em diferentes escalas geográficas, podendo constituir realidade no meio rural, urbano, pequenas e grandes cidades, etc.

Talvez a um olhar apressado, esta presença possa soar democrática e interessante, mas ao se observar com cautela os discursos e a ideologia que ela carrega, especialmente quando há a ação de algoritmos focados no mercado global capitalista, percebe-se um viés de submissão (uma espécie de neocolonialismo virtual em curso). Trata-se de uma nova expressão do colonialismo, nem sempre dependente ou envolvendo relações entre os estados, mas comumente afeto ao colonialismo do ser, especialmente na colonização de imaginários pautados na dimensão cultural do consumo.

Já o aparente sincronismo temporal com o "mundo em disparada" pode também

ser questionado, já que o ciberespaço permite a confluência de passado, presente (mais presente do que nunca pela percepção quase que em tempo real de diferentes escalas e fenômenos), e futuro, enquanto uma porta de chegada irrefutável do porvir, ao mesmo tempo que também é condição sine qua non para se desabrochar uma ulterior compreensão geográfica da vida social.

O atual momento histórico reconfigura até mesmo as noções de fluidez pós-modernas, quiçá, o grande protagonista desta rearticulação espacial seja o telefone móvel inteligente (smartphone). Produto da 4ª Revolução Industrial e da Internet das Coisas (internet of things), desde 2008 estes aparelhos têm revolucionado as formas de comunicação e interação interpessoais, haja vista que eles tornam cada sujeito um nó de uma rede mundial de conexões³.

O imediatismo com que estas espacialidades são criadas é acentuado com o acesso a partir de telefones móveis inteligentes, reforçando ainda mais a sua fluidez/liquidez. O uso dos smartphones para diferentes tipos de conexões representa uma dupla e alternada forma de organização espacial: de um lado o espaço material interage com o virtual e de outro o inverso. Os nós compostos pelos indivíduos portadores destes aparelhos formam uma rede-mundo de conexões (personificação das sociedades em rede de Castells), ao passo que o que circula nestas redes-mundo reflete diretamente na sociabilidade das pessoas (também em nível local).

Há também uma relação corpo a corpo envolvida com isto, reforçando a existência de uma noção espacial e temporal que se organiza com e por meio destas redes (sustentáculos da espacialidade virtual). Nota-se que a questão do corpo-espaço/espaço-corpo é uma discussão recente na Geografia nacional (HAESBAERT, 2020), portanto, merece um ulterior estudo apartado.

Os telefones celulares inteligentes tornaram a ocupação do espaço virtual e suas diferentes redes mais democráticas. De um modo geral, pode se dizer que o ciberespaço é mais democrático que os espaços ditos materiais, visto que não há o silenciamento de vozes, desde que haja acessos equânimes. Nestes termos, as expressões e relacionamentos nestas redes são mais inclusivas, seja pela sensação de “impessoalidade” que as rege ou mesmo por demandar poucos recursos para a expressão de pensamentos.

Dentro deste contexto, cada vez mais pessoas aderem às diferentes redes sociais que existem nestas espacialidades e também se envolvem com inúmeras questões, que

³ Atualmente há aproximadamente 220 milhões de aparelhos celulares ativos no Brasil (FGV, 2019), que poderia perfazer 1 para cada habitante se igualmente distribuídos.

antes de 2014 eram de certa forma balizadas pela grande mídia do país. Os próprios movimentos sociais hoje operam dentro das redes virtuais, muitos deles foram paridos neste meio e se materializaram posteriormente, como é o caso do “MBL (Movimento Brasil Livre)” e do “Vem pra Rua”.

Além de reconfigurar movimentos sociais, comércios, flertes amorosos, as redes imprimiram uma noção de impessoalidade nas formas de se relacionar. A possibilidade de ‘se esconder’ atrás de um perfil cujas fotografias, interesses e até mesmo o próprio nome podem ser editados, facilita com que dentro de um mesmo “eu” existam outros tantos.

Os conflitos de personalidade contribuem para a singularidade destes espaços, haja vista que a “Geografia psicológica” (debate emergente na Geografia) está enredada na apropriação cognitiva que se faz do espaço, antes mesmo dela se materializar nos planos sensoriais humanos. Talvez a associação do olhar geográfico com os estudos da psicanálise possa contribuir neste entendimento espacial. Assim, além de uma perspectiva macro de análise, a expressão espacial individual do sujeito passa, então, também a ser objeto de revisão geográfica, fato que pode instigar outros pesquisadores a discutir ulteriormente – especialmente aqueles filiados aos métodos fenomenológicos/hermenêuticos.

Resta, neste momento, compreender que o novo espaço público brasileiro está assente no ciberespaço e que sua gênese/estruturação/consolidação está relacionada com o uso das múltiplas redes virtuais. Na medida em que este uso se prolifera, diferentes formas de relacionamentos entre virtual e o real se materializam (fluxo contínuo), inclusive novas formas de estratificação social são produzidas.

Destarte, alinha-se à Buzai (2004) quando o autor aponta que o ciberespaço é uma nova forma de explorar e dominar. Para o autor, tal qual os romanos dominaram os caminhos terrestres, os ingleses os mares, os Estados Unidos o ar, abre-se uma nova disputa para o controle do ciberespaço de agora em diante. Conseqüentemente, a colonialidade reaparece em direção ao sul global ao lado de uma miríade de outras influências, mantendo-se o norte no papel principal da construção destas espacialidades, onde estão as maiores empresas globais digitais (Facebook, Twitter, Google, etc.), conseqüentemente, de onde provêm os algoritmos capazes de pautar múltiplas instâncias da vida social, virtual ou não.

Guattari (1981, p. 64) acrescenta que “[...] não se usam mais, necessariamente, cassetes ou campos de extermínio: procura-se de preferência controlar as pessoas com laços quase invisíveis que as prendem mais eficientemente ao modo de produção

capitalista (ou socialista burocrático)". Assim não se pode cair na armadilha de considerar este novo espaço público brasileiro (cuja expansão segue firme) como um mero instrumento facilitador da vida em sociedade, nem mesmo como um substituto do real, ele é tanto um quanto o outro. Talvez seja esta característica dúbia que o torne de difícil resolução no imaginário geográfico.

3 A GÊNESE, ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO NOVO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO

Para se compreender a gênese do novo espaço público brasileiro é preciso rememorar as famosas “jornadas de junho”, em 2013, quando as ruas do país foram tomadas por manifestantes que inicialmente contestavam o aumento da tarifa de transporte coletivo em diversas capitais do país, com destaque para a metrópole São Paulo. Naquele ano, rapidamente as manifestações ganharam corpo e foram incrementadas por reivindicações associadas à mobilidade urbana, mantendo-se de maneira inédita no país uma articulação via redes sociais virtuais, acompanhada de acaloradas discussões desde então.

Tais manifestações externalizaram vários desgostos da população brasileira acumuladas durante anos, em especial, reflexos da Crise de 2008. Grosso modo, a crise imobiliária de 2008⁴ ocorreu inicialmente nos EUA, dentre outros fatores, em decorrência da grande disponibilidade de créditos no mercado. A denominada bolha imobiliária atingiu seu pico devido aos altos índices de inadimplência e desemprego, que incapacitaram grande parte da população em honrar suas dívidas. Nem mesmo a venda das casas financiadas conseguiam quitar a dívida, causando um efeito dominó em outros setores econômicos e no mundo. Deve-se consignar que a não resolução desta e de outras crises econômicas é característica nata do capital, que de forma plástica e sagaz as desloca furtivamente no espaço e no tempo (HARVEY, 2019).

Juntamente da crise estadunidense, a parte oriental do globo também borbilhava em protestos sociais, que iriam refletir frontalmente nas participações de rua. Em síntese apertada, tensões seculares de regimes ditatoriais e opressores, acabaram por eclodir uma onda de manifestações que se alastraram pelo mundo árabe, desencadeando uma das

⁴ Vale ressaltar que os smartphones da Apple (uma gigante do ramo de tecnologias) começavam a ganhar o mundo também em 2008. Destarte, é possível se aventar uma conexão entre a crise, a propagação dos seus efeitos e a popularização destes aparelhos (sobretudo entre os mais abastados economicamente).

principais transformações contemporâneas no Oriente Médio.

Um dos marcos desta insurreição popular está na Tunísia, quando o feirante de 26 anos Tarek al-Tayyib Muhammad ibn Bouazizi recusou-se a pagar propina a policiais e teve suas mercadorias apreendidas e, inconformado, decidiu atear fogo contra si próprio em forma de protesto (TOMMASI FILHO, 2017).

Tal fato que poderia ser um caso isolado da Tunísia, ganhou ainda mais força com a morte do jovem rapaz, que teve seu corpo 90% queimado, gerando revoltas e protestos na rua. Em paralelo com contexto de corrupção oriental, forte repressão e economia fragilizada, no final de 2010 e início de 2011, multidões de pessoas ganharam as ruas reivindicando mudanças (TOMMASI FILHO, 2017).

Rapidamente, outros países árabes também aderiram as manifestações, enalçando o que se denominaria mais tarde de “Primavera Árabe”. Dentre os países aderentes, destacam-se Argélia, Jordânia, Mauritânia, Omã, Iémen, Arábia Saudita, Líbano, Egito, Síria, territórios palestinos, Sudão, Djibuti, Bahrein e outros. Além disso, tais manifestações contaram com o apoio de grande parte do lado ocidental (TOMMASI FILHO, 2017).

Similarmente ao que aconteceu no Brasil, as manifestações árabes contaram com a cobertura televisiva, mas tiveram participação determinante da rapidez e a fluidez da internet (destacadamente do Facebook). Juntamente da interligação global dos veículos de notícias, as informações garantiram repercussões avassaladoras e as transformações político-sociais foram imediatas. O efeito cascata desse movimento tornou possível a transformação regional em uma amplitude nunca vista antes no mundo árabe. Como resultado tem-se a deposição de ditadores déspotas e opressores na Tunísia, Líbia, Egito, que tiveram que deixar o poder, por conta dos acontecimentos revolucionários da Primavera Árabe (TOMMASI FILHO, 2017).

A inquietude social e as manifestações populares já estavam entrelaçadas com os espaços virtuais, inclusive com projeções no espaço-mundo. Nestes termos, percebe-se que a insatisfação econômica e popular evidenciadas com as jornadas de junho/2013 não se restringia ao contexto brasileiro, na medida em que advinha do resquício conjuntural de crise capitalista, lutas anticorrupção e fragilidade econômica a nível mundial.

Em que pese o Brasil não tenha sido tão afetado pela crise de 2008 (graças à algumas políticas do ex-presidente Lula de incentivo ao consumo e diminuição na alíquota de alguns impostos), em 2013 o cenário já não era mais tão favorável economicamente. O descontentamento brasileiro, vigorosamente refletiu nos espaços virtuais, os quais

alastraram discussões críticas ao governo e também culminaram no sentimento de frustração e injustiça no país. Ademais, a canalização de investimentos em infraestrutura, construção de estádios de futebol, aeroportos, estradas e assim por diante, visando receber a Copa do Mundo de Futebol de 2014, foi alvo de muitas críticas e descontentamentos (ESTANQUE, 2014).

Estes múltiplos descontentamentos sociais personificavam a primeira “face” das jornadas de junho, haja vista que restou claro no início que se tratava de um movimento sem coesão, na medida em que não se tinha proposta concreta de mudança ou orientação ideológica determinada. Tratava-se, portanto, de uma insatisfação generalizada, sem coordenação central.

No entanto, havia uma busca pelo inimigo em potencial, ou seja, um culpado pelo caos. Não demorou até que o algoz fosse personificado na figura da Presidenta da República da época (Dilma Rousseff), que foi rechaçada publicamente em vários momentos sócio-históricos do País. A pauta rapidamente também adentrou na exigência de sistema de saúde e educação “padrão FIFA” (ESTANQUE, 2014).

Além das reportagens jornalísticas que abordam os xingamentos, no youtube vários vídeos escancaram manifestantes proferindo ofensas à ex-presidenta, inclusive em São Paulo quando em plena abertura da Copa do Mundo no ano de 2014, diante de inúmeras autoridades globais. Fica nítido assim que o movimento inicial perdeu o objetivo, dando margens para outras pautas e reivindicações. É certo que a demonização da Dilma foi tanta, que os manifestantes em tons agressivos e violentos proferiram crimes contra a honra da Presidenta da República sem se importar com as implicações legais ou julgamentos sociais pelas suas condutas – instaurava-se também uma sensação de terra sem lei nas redes sociais virtuais, que mais tarde colaborou/obrigou a edição da Lei Federal n.º 12.965/2014, considerada o “marco civil da internet no Brasil”.

As manifestações, incontinenti, resultaram numa crise em que parte dos envolvidos se diziam não representados pelos políticos com mandato na época. (AMARAL, 2013). Em questão de dias a luta passou a ser “contra a corrupção” e até mesmo endereçada na busca por uma reforma política.

Braga (2013) aponta que 3 milhões de brasileiros deram forma às manifestações ocorridas em junho/2013, em mais de 140 cidades, compondo a maior onda de mobilização popular da história do país. Na figura 01, a seguir, percebe-se uma destas manifestações na maior capital do país, na qual há faixas pedindo o afastamento de Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo na época.

Figura 01 – Manifestações de 2013 e suas faces difusas.

Fonte: Camargo (2013).

Como as pautas iniciais baseavam-se no aumento da tarifa do transporte público urbano, havia militantes com posicionamentos políticos distintos (esquerda e direita), unidos por uma causa comum. No entanto, a confusão de pautas no ar e reivindicações diversas, atribuídas graças à fluidez das “redes sociais” em abranger multidões, fez com os manifestantes de esquerda paulatinamente abandonassem o movimento. Isto pois, a bandeira que as manifestações começaram a levantar, afastar-se-ia das típicas lutas sociais da esquerda. Assim, a dicotomia esquerda versus direita, começa a ser requeitada no País.

Neste contexto, a direita brasileira reapareceu pujante no cenário político, passando rapidamente a contar com o apoio das mídias virtuais, destacadamente do Twitter e do Facebook. Desde modo, munidos de uma ideologia já bem evidente e estabelecida, as ruas foram novamente ocupadas por manifestantes, porém, aportados apenas pela direita política brasileira:

No refluxo, restou a nova direita, que logo se organizou em movimentos sociais de forte atuação virtual e, impulsionada algum tempo depois pela queda livre da economia e pela operação Lava-Jato, voltou a ocupar as ruas, agora maciçamente e sem ambiguidades, pedindo o fim da corrupção, o impeachment de Dilma Rousseff e, aqui e ali, a volta das Forças Armadas. (BOSCO, 2017, p. 62).

Ressalta-se que a direita referendada por Bosco (2017) também não é constituída

de uma massa coesa, oscilando entre um conservadorismo moderado e a extrema direita reacionária. A máxima dessas manifestações foi o pleito de impeachment da presidenta Dilma, sob o argumento de que somente o seu afastamento poderia ocasionar a recuperação do país, conforme se observa nas figuras 02 e 03.

Figura 02 – Manifestantes pedindo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff



Fonte: ISTO É (2016).

Pactua-se com Bosco (2017) de que este é o marco zero do colapso do lulismo e da estruturação de uma nova forma de discutir política e de articulação identitária, que já havia sido experimentada por outros países, mas que no Brasil ainda era novidade. Precedendo ao Twitter e ao Facebook, a rede social Orkut (que operou entre 2004 e 2014) era maciçamente utilizada pelos brasileiros, porém, notoriamente para finalidades mais lúdicas e menos combativas, de modo que as suas comunidades e as conexões estabelecidas entre as pessoas não foram capazes de alterar o papel da mídia no país.

Outrossim, o período social e econômico durante os anos de predomínio do Orkut, era outro. Isto porque, neste período, o Brasil assistia uma ascensão social desencadeando, por óbvio, um período de tranquilidade social. Os dados evidenciam que a partir de 2003, os indicadores do mercado de trabalho e da economia melhoraram, girando a média de 5,4% a 5,5% até o ano de 2010. O nível salarial também aumentou de maneira superior a inflação, aliado ao contexto de políticas redistributivas e subsídios de crédito popular. Tais indicadores, tornaram possível o aumento real do salário mínimo e fortaleceram o poder de consumo brasileiro (ESTANQUE, 2014).

Figura 03 – Entrega do pedido de impeachment da presidenta Dilma ao então presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha



Fonte: IELA (2017).

Na figura 03 percebe-se que além de políticos tarimbados no cenário nacional (como Eduardo Cunha ao centro, Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, e outros), passaram a integrar a mesa de negociações figuras até então desconhecidas da sociedade civil, como Kim Kataguri, que fez nome como cofundador do Movimento Brasil Livre. O MBL trata-se de um movimento nascido nas redes sociais digitais e que atuou como grande protagonista das manifestações que ensejaram na queda da presidenta Dilma.

A presença do jovem Kim nesta mesa atesta inequivocamente uma mudança na agenda política nacional, cuja crise de representatividade obrigou a velha política a cogitar reinvenção ou até mesmo operá-la em alguns momentos. Além disso, em comunhão com as mudanças na perspectiva política, a velha grande mídia nacional, quando não poupada de insultos pelas manifestações, também se viu obrigada à reinvenção (processo inacabado), especialmente pelo compartilhamento do papel de protagonista com as mídias virtuais.

Com isso, o Brasil assistiu a uma verdadeira releitura inclinada à direita da rádio Alice, nascida em Bolonha, na Itália, em 1974 e uma das mais importantes rádios livres da

época. Guattari (1987) explica, em seu ensaio intitulado “Milhões e Milhões de Alices no Ar”, que após a queda do monopólio estatal sobre as comunicações na Itália, muitas rádios amadoras se proliferavam. A facilidade de construção e transmissão descentralizada, com vocabulário tão diversificado quanto o usual pelas pessoas da região, fez com que elas se multiplicassem, sob diferentes propósitos, que iam da extrema esquerda à extrema direita.

O crescimento das manifestações de 2013, na medida em que foram ganhando força, tiveram cada vez mais influência de forças antipolíticas e conservadoras, assim como a comunicação social também passou a atuar junto dessas frentes. De maneira semelhante, o novo espaço público brasileiro ganha uma amplitude jamais vista na comunicação do país. Sua gênese está nas jornadas de junho, mas sua fixação no cotidiano nacional está, portanto, no impeachment da presidenta Dilma, cujo processo restou concluso em 2016.

Em 2018, durante as eleições presidenciais, o novo espaço público brasileiro foi decisivo na campanha e asseverou a dualidade esquerda versus direita. Também, uma nova expressão em inglês começa a se fazer presente no vocabulário nacional: Fake News. Trata-se de uma expressão adotada para caracterizar notícias falsas, cuja presença foi contumaz no pleito de 18 quando a eleição presidencial foi vencida pela extrema direita no país, representada pelo ex-deputado Jair Bolsonaro.

Com efeito, a polarização política acabou por adentrar na vida social de uma forma exasperada, passando a dividir a sociedade de uma maneira atípica, fortemente influenciada pelo novo espaço público brasileiro. Inobstante os problemas sociais no Brasil e a crise do modelo civilizatório que assola o mundo há bastante tempo, em março de 2020 um vírus até então desconhecido pela medicina moderna tem sua primeira aparição na China e rapidamente se alastra pelo mundo. O coronavírus, como foi apelidado o SARS-CoV-2, terminou por ressignificar a influência do novo espaço público brasileiro (quicá no mundo) no cotidiano da sociedade.

Uma vez isolados em quarentena, em diversos países se viu proliferar as consultas médicas por videochamada, os trabalhos em casa – home office, as compras de diferentes produtos pelas redes virtuais, artistas se apresentando online, dentre outras práticas que constituíram verdadeiras alternativas ao mundo real. A pandemia, em um primeiro momento poderia representar no cenário nacional uma chance de suplantar a polarização política (pela basilar questão humanitária), porém, o que se viu foi também um agravamento e a pulverização de ideias reacionárias, como: mensagens antivacina, informações com toda sorte de teorias da conspiração geopolítica, de notícias falsas envolvendo a

cura/diagnóstico da doença, dentre outras barbáries.

Inobstante, o Brasil de 2021, já bastante fragilizado em diferentes frentes (economicamente, socialmente, culturalmente, ambientalmente...), sendo o 2º país em número de mortes absolutas pelo coronavírus (quando da extração destes dados em abril/21), assiste em sua vida política conturbada mais um episódio, que reanimou embates sobrestados e que pode perpetuar a polarização política, sobretudo no âmbito virtual: a anulação das condenações do ex-presidente Lula.

No dia 09 de março de 2021 os maiores meios de comunicação do país e vários pelo mundo a fora noticiaram que a sentença condenatória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia sido anulada⁵. A respectiva anulação retorna a fomentar e possivelmente com mais força, o sentimento de uma nação dividida. Na prática, tal discussão que nasce no âmago da ciência jurídica, acaba por refletir em outras especialidades brasileiras, na vida cultural, política e econômica do país. Os reflexos se arrastarão até o término do certame eleitoral de 22, haja vista que atualmente o ex-Presidente Lula tornou-se novamente elegível.

Os fatos sobreditos, para além do debate em profundidade dos mesmos, seguramente representam pontos de inflexão na histórica política e social brasileira, vez que além de terem alterado a agenda política nacional, rearticularam as relações interpessoais no país, com alterações significativas no processo de identificação política das pessoas. Foram processos apressados, mas que deixaram um legado (de certa forma perturbador), sobretudo por terem contribuído para que o sujeito contemporâneo brasileiro fique ainda mais descentrado.

Este descentramento é também produto de uma enxurrada de proposições tecnológicas que tornam as relações sociais cada vez mais diluídas em signos modernos. A nova forma de se relacionar socialmente demanda que a Geografia (re)foque continuamente algumas de suas abordagens. São novas formas, funções, estruturas e processos de organização espacial que não encontram lastros conceituais eficientes para sua compreensão:

⁵ Trata-se da Ação Penal n.º 5046512- 94.2016.4.04.7000, transcorrida na 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, que julgou fatos da Petrobras/SA. A anulação da condenação questionou o fato da competência do juízo da respectiva Vara. Veja-se, o Habeas Corpus impetrado pela defesa de Lula questionou a competência de Curitiba, eis que para o caso em tela, não havia como aplicar a conexão processual que autorizaria o processo ser julgado em Curitiba porque as condutas atribuídas ao Lula “não foram diretamente direcionadas a contratos específicos celebrados entre o Grupo OAS e a Petrobras S/A” (FACHIN, 2021). A competência do juízo no caso de Lula, deveria ser onde os supostos ilícitos ocorreram, qual seja o Guarujá (no caso do Tríplice) e Atibaia (no caso do Sítio) e São Paulo no caso do Instituto Lula. Ou seja, para simplificar, nas Varas Federais de São Paulo.

No entanto, como os jornais, revistas, periódicos e outros tipos de matéria impressa, esses meios (eletrônicos) são tanto a expressão das tendências globalizantes, desencaixadoras, da modernidade, como instrumentos dessas tendências. [...] Em suma, nas condições da modernidade, os meios de comunicação não espelham realidades, mas em parte as formam. (GIDDENS, 2002, p. 31-32).

Sem compromisso estético, linguístico, escassos filtros morais e/ou legais, o novo espaço público brasileiro cresce projetando milhares de informações a todo instante, comumente ideias curtas, mas de longo alcance. É um novo momento no país, do qual a Geografia deve se debruçar, sob pena de perder de vista tais transformações, se não o fizer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com este artigo compreender a gênese, formação e estruturação de um novo espaço público no Brasil a partir de uma discussão geográfica das redes sociais virtuais. Para tanto, parte-se da premissa que o nascimento e fortalecimento desta nova espacialidade no país está atrelada a alguns fatos históricos, como: a crise imobiliária de 2009, a primavera árabe e, também, um contexto brasileiro de insatisfação econômico e social.

Tais acontecimentos, desencadearam nas as manifestações ocorridas em junho de 2013, movimento este que cresceu de forma deliberada e gradualmente se consolidou como um movimento de direita. Ato contínuo, a importância do ciberespaço no país foi sacramentada com o processo de impeachment da presidenta. O processo asseverou a dualidade política brasileira e tornou o novo espaço público um aliado na construção de uma agenda política à direita, que pelos mandatos sucessivos do PT (2003-2016) estavam no ostracismo.

Desde estes dois eventos, outros foram se somando em uma relação dialética entre virtual e real em uma tendência nítida de massificação de uso do novo espaço público brasileiro para diferentes pautas (culturais, econômicas, políticas, etc.). Em termos geográficos, a construção e/ou apropriação desta nova espacialidade coloca em xeque algumas noções teóricas tradicionais. A modernidade (em sentido lato da palavra) experimentada na comunicação de rádio e televisão foi completamente reformulada, em um primeiro momento pelos computadores e logo em seguida pelos telefones celulares

inteligentes.

Todo um rol de questões sociais foi alterado a partir destas conexões. Hoje se tem uma noção espacial real muitas vezes indissociável da virtual. Compreender os movimentos que operam com e por intermédio estas duas espacialidades (real/virtual) não é como compreender um maio de 68, por exemplo. A velocidade de propagação, alcance e mitigação pela sociedade são extremamente mais céleres.

Assim, do ponto de vista geográfico, este artigo contribuiu para indicar que o novo espaço público brasileiro é tão desigual quanto o espaço material. Participar deste espaço está facultado a ter acesso a ele. Não é como se dirigir a um banco de praça pública e interagir com as demais pessoas ao redor.

Este requisito para interação tem duplo efeito: 1º faz com que apenas uma determinada classe social possa interagir nestes espaços; 2º com efeito, contribui para que esta mesma classe social se agrupe em torno de pautas virtuais e posteriormente reais. Recentemente tem se observado no Brasil que os movimentos da direita política se encontram bastante efervescentes, organizando atos políticos contumazes (visão empírica).

Seria prematuro afirmar uma associação entre a direita política brasileira e a classe social que pode ter acesso à internet no país, mas não deixa de ser uma hipótese a ser verificada em estudos vindouros. Efetivamente, o novo espaço público brasileiro é um terreno fértil para a Geografia, que pode atuar nele e com ele de diferentes formas, desde abordagens clássicas até novas leituras.

De pronto, sente-se falta de estudos geográficos fenomenológicos nestas espacialidades. A redução de escalas de análise na Geografia tem se mostrado uma importante forma de se mitigar efeitos sociais imperceptíveis por análises generalistas. Investigar a internet como um espaço-mundo ou uma rede-mundo tem seu grau de importância, mas se tratando da relação de dominação identificada neste estudo, torna-se imperativo começar pela outra ponta, ou seja, pelo local.

O contexto social do sul global recobra esta inversão. De formas tais, tão importante quanto medir as vozes é medir os silenciamentos. As ausências e emergências postuladas por Boaventura de Sousa Santos no contexto das epistemologias do sul são perfeitamente cabíveis e necessárias para estudos desta natureza.

As possibilidades investigativas têm sido ampliadas com o uso dos smartphones, as relações sociais estão cada vez mais plurais nestes espaços virtuais e, de igual modo, estão sendo transmutadas para o real com enorme velocidade. Inobstante, os imaginários

geográficos tornam-se plurais, o que impõe a necessidade de se agenciar perspectivas inter e transdisciplinares para se buscar capturar tais mudanças.

A importância do ciberespaço foi chancelada recentemente, quando o Governo Federal Brasileiro classificou, por intermédio do Decreto n.º 10.282/2020, a internet e serviços de comunicação como essenciais, isto é, que não poderão sofrer interrupções. O reconhecimento jurídico desta importância apresenta um rumo irreversível, ou seja, o ciberespaço constitui e constituirá presença contumaz na vida social brasileira.

Resta concluir, portanto, que o novo espaço público brasileiro ressignificou toda a vida social do país, mesmo para os não adeptos ou que não dispõem da tecnologia no dia a dia. De modo que, geograficamente falando, tais espacialidades constituem uma realidade latente e que assumem, contraditoriamente e simultaneamente, uma postural real e virtual. Se para os Estados é importante saber “dominar” este espaço para garantir sua soberania e centralidade global, para a ciência (em especial para a Geografia) é fundamental conhecê-lo para não perder de vista a compreensão das relações socioespaciais envolvidas com o ciberespaço.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. A grande explosão das ruas. In: SOUZA, Arão de Azevêdo; SOUSA, Cidival Morais de. **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. 2013. Campina Grande: Editora Eduepb. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/download/33249479/Jornadas de Junho - Repercussoes e Leituras\(1\).pdf](https://www.academia.edu/download/33249479/Jornadas_de_Junho_-_Repercussoes_e_Leituras(1).pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 210 p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOSCO, F. **A vítima sempre tem razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2017. 208 p.

BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatorio Social de América Latina**, v. 8, p. 51-61, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf#page=52>>. Acesso em: 10 dez. 2020

BUZAI, G. Geografía y tecnologías virtuales del siglo XXI: una aproximación a las nuevas visiones del mundo y sus impactos científicos-tecnológicos. **Scripta Nova**, v. 8, n. 170, p. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-58.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CAMARGO, M. **Fotografia da manifestação**. Disponível em:

<<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2013-06-20/manifestacoes-em-sao-paulo>>. Acesso em: 15 mar. 20.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. Geografia: conceitos e paradigmas-apontamentos preliminares. **Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, v. 1, n. 2, 2011.

Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/view/12/pdf_7>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DI MÉO, G. **Introduction à la géographie sociale**. Paris: Armand Colin, 2014, 190 p.

ESTANQUE, E. Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 53-80, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/5540>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FACHIN, E. Emb. Decl. no Habeas Corpus 193.726 Paraná. **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/fachin-incompetencia-curitiba-lula.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **30ª Artigo Anual do Uso de TI nas Empresas**, 2019.

Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesti2019fgvciappt_2019.pdf>. Acesso em: 15 fev. 20.

GASPARIN, G. Entenda como a crise de 2008 influenciou a vida dos brasileiros. **O Globo**.

São Paulo. 15 nov. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html>>. Acesso em: 10 mar. 21.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**. 3. ed. Pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense. 1987.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002. 224 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de artigo social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

HARVEY, D.; SOBRAL, A. U. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D.; SOBRAL, A. U. **O enigma do capital**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

IELA, 2017. **A hipocrisia do liberalismo na periferia capitalista**. Disponível em:

<<http://www.iela.ufsc.br/noticia/a-hipocrisia-do-liberalismo-na-periferia-capitalista>>. Acesso em: 13 jan. 20.

ISTO É. **O impeachment de Dilma**. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-impeachment-de-dilma/>>. Acesso em: 15 mar. 20.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009.

MASSEY, D. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis–SC**, v. 3, n. 5, p. 142-155, 2007.

Disponível em: <

https://www.academia.edu/867935/Imaginando_a_Globaliza%C3%A7%C3%A3o_geometrias_de_poder_de_tempo_espa%C3%A7o>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 174.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014. 169 p.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.) **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 11-25 p.

TOMMASI FILHO, T. **Política internacional e a busca por democracia: a Primavera Árabe**. Dissertação de Mestrado. Vitória: Emescam, 2017.110 p.
